

Comissões manterão ritmo intenso em 1990

MARCOS HENRIQUE



Muitas decisões antes levadas ao plenário são agora, pela nova Carta, decididas logo nas comissões

MARBA FURTADO

O trabalho das comissões técnicas ao longo de 1989 foi bastante intenso, de acordo com análise feita pelo presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade. Trabalhando sob novo regimento, que lhes atribuiu todas as prerrogativas constitucionais (como a possibilidade de aprovar ou rejeitar projetos que dispensem a apreciação do plenário da Casa), os organismos tiveram que decidir sobre a regulamentação de dispositivos constitucionais e, ao mesmo tempo, sobre proposições relacionadas com a problemática do momento. Foram recebidas pelas comissões seis mil 528 proposições. Destas, duas mil 349 foram apreciadas, em 318 reuniões ordinárias e 60 extraordinárias.

Todas as comissões vão intensificar, em 1990, a realização de palestras e audiências públicas, de acordo com o que já fizeram este ano. Seguindo mais uma previsão constitucional, os organismos abriram seus espaços para diversas atividades deste tipo. Foram realizados 53 palestras, 45 painéis, 22 seminários e 125 audiências públicas. A Comissão do Trabalho, por exemplo, buscando efetivar uma discussão democrática e ampla sobre todos os aspectos da legislação trabalhista, recebeu a ministra Dorothea Werneck, os líderes sindicais Jair Meneguelli (CUT), Joaquim dos Santos Andrade (enquanto presidente da CGT) e Luiz Antônio Medeiros, além de vários técnicos e representantes de organismos ligados aos trabalhadores, a entidades patronais e ao Governo.

Ministros e dirigentes de várias instituições públicas e privadas foram ouvidos em todas as comissões, sempre que um projeto de lei ou uma questão se levantasse para discussão. Foi no âmbito destes organismos que os parlamentares trataram de assuntos tão complexos e diversificados como os ligados à política energética nacional,

à agricultura, à educação, à saúde e à previdência, ao serviço público, à defesa do consumidor, ao transporte e à reforma agrária.

O deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), presidente da Comissão de Trabalho, acredita que até possa haver choques com o novo governo, já que seu partido e outros dentro do Congresso marcarão oposição a Collor de Mello, mas pelo menos no âmbito da sua comissão acha que os interesses dos trabalhadores continuarão sendo defendidos com prioridade. Neste ano, a comissão discutiu e decidiu sobre a nova política salarial, fixando a revisão do salário mínimo com aumento real de três por cento. Regulamentou, ainda, os dispositivos constitucionais que tratam da proibição da despedida arbitrária e do seguro-desemprego.

Ao iniciar o ano legislativo de 1990 estudando os projetos sobre organização sindical, os parlamentares voltarão a discutir diversas questões com representantes de entidades civis abrindo espaço para debates e audiências públicas. Dentro deste assunto específico, como lembrou Caó devem definir a composição do organismo sindical e a destinação dos 20 por cento de contribuições sindicais, arrecadados do trabalhador, que até a promulgação da Constituição vinham sendo recebidos pelo Ministério do Trabalho.

Os deputados que compõem a Comissão do Trabalho pretendem ainda, em 1990, acabar com um "tabu", como classificou Caó, a questão da participação dos trabalhadores no lucro das empresas. Fixado no inciso XI do artigo 7º da Constituição, este direito vem sendo previsto desde a Carta de 1946 sem nunca ter sido efetivamente abordado e cumprido. O parlamentar acredita que agora ele será decidido, com a fixação da forma e dos mecanismos desta participação nos lucros ou resultados e, excepcionalmente, na gestão da empresa.